

# **COMUNICAÇÃO DO SUJEITO SURDO: MÃOS ATADAS, MAS NÃO SILENCIADAS**

**Terezinha Teixeira Joca (UNIFOR)**

**Francisco Silva Cavalcante Junior (UFC)**

**João Evangelista de Jesus Hipólito (UAL)**

**Marilene Calderaro Munguba (UNIFOR)**

**Deldy Moura Pimentel (UNIFOR)**

Eixo Temático: Deficiência auditiva/surdez.

Categoria: Comunicação Oral

## **RESUMO**

A chegada de um filho surdo à família de ouvinte, em geral, causa forte impacto e a tentativa inicial da família é fazer o surdo falar, porque a sociedade assim espera. O presente artigo pretende apresentar um recorte de uma pesquisa desenvolvida no doutorado da primeira autora, desenvolvida com sujeitos surdos e seus familiares em uma Universidade particular, cujo objetivo geral foi averiguar qual a influência da família na constituição do sujeito surdo. E dentre os objetivos específicos, para atender o recorte, indicamos: analisar a dinâmica familiar como promotora da constituição do sujeito e compreender as interfaces da diferença linguística. Entre as razões da escolha pelo tema e o campo de pesquisa está a possibilidade de compreender o mundo do surdo e sua comunicação com os ouvintes e relação da família com um filho de outra língua. Serviram de base teórica, para análise dos resultados, as obras de autores surdos e ouvintes que abrangiam os estudos surdos, a comunicação, a língua e a família. A pesquisa base foi qualitativa do tipo etnográfico com apoio da técnica de grupo focal, com grupo de surdos e grupo de familiares. Nos resultados, foram elencadas oito categorias e para este artigo houve o recorte de duas das que se interlaçavam: Comunicação e oralização obrigatória. A partir dos processos analisados no estudo pode-se compreender que existe uma forte barreira comunicacional entre ouvintes e surdos e que essa imposição da fala interfere na constituição do sujeito.

**Palavras-chave:** Língua de Sinais. Oralização. Família.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo foi construído a partir de uma releitura da tese de doutorado que tem como título “Um estrangeiro em família: ser surdo como uma diferença linguística” (JOCA, 2015) e tem por finalidade adentrar no universo do povo surdo a fim de refletir sobre o longo caminho, permeado por desafios e lutas, que esses sujeitos trilharam em defesa da possibilidade de legitimar sua língua materna frente a uma cultura composta em sua grande maioria, por ouvintes. Perpassando questionamentos sobre a importância da influência da família para o desenvolvimento da pessoa surda.

Para Munguba (2016), é na família que se estruturam os vínculos mais significativos para a criança, por isso, assume as principais funções no acolhimento incondicional, no cuidado e na promoção do seu desenvolvimento harmônico.

O interesse pelo estudo surgiu a partir do contato da pesquisadora com surdos e intérpretes, que se encontravam no Ensino Superior e, em seus discursos, traziam a temática da família e as limitações em relação a comunicação entre família e cultura surda, o que gerou a pergunta de partida para este estudo: Qual a influência da família no desenvolvimento da pessoa surda?

Com o propósito de abranger a literatura sobre esse sujeito surdo e sua cultura foi dado início a revisão bibliográfica e dentre as obras podemos citar Dorziat (2009, 2011), Groce (1985), Laborit (1994), Lane (1992), Leitão (2008), Lodi (2013), Machado (2006, 2008), Masutti, (2007), Perlin (2003, 2004, 2010), Quadros e Karnopp (2004), Sacks (1998, 2010), Skliar (1998, 2010). Strobel (2008), Stumpf (2008) e Thoma (2004).

A partir do que vem sendo explanado, percebe-se a relevância deste estudo por buscar compreender a dinâmica familiar e a comunicação existente entre a família ouvinte, seus espaços educacionais e o sujeito surdo.

Essa pesquisa teve como objetivo geral averiguar que influência a família tem na constituição do sujeito na cultura surda e como objetivos específicos indicamos dois entre eles que atendem ao recorte atual: analisar a dinâmica

familiar como promotora da constituição do sujeito e compreender as interfaces da diferença linguística.

## **METODOLOGIA**

Para compreender essas perspectivas antagônicas foi realizada neste estudo uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 2010) do tipo etnográfica (WOLCOTT, 1999), a fim de perceber de forma fidedigna o que é ser surdo para surdos e seus familiares. E para isso, a imersão no campo ocorreu no período de maio de 2010 a maio de 2012, a coleta de informações com os informantes se deu em setembro a novembro de 2010, mediante técnica de grupo focal (KITZINGER, 2009), aplicada com dois grupos, um composto por dez surdos estudantes de diversos cursos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) de Fortaleza, Ceará, Brasil, e outro grupo de ouvintes (familiares dos estudantes surdos).

A escolha, dos participantes, seguiu uma das regras do Grupo Focal, que se refere às características comuns entre os participantes, sendo grupo de surdos: sete do sexo masculino e três do sexo feminino; o grupo de ouvintes: um pai, uma tia, uma irmã e sete mães. Ambos os grupos aconteceram quinzenalmente, com duração de cem minutos, a cada encontro. Ao final, foram totalizados quinhentos minutos para cada grupo.

No recorte para realizarmos este artigo escolhemos, entre as categorias elencadas pelo software *Nvivo*, duas categorias: “comunicação” e “oralização obrigatória”, que denotam interface comum e que revelam um significado importante na constituição do surdo e despontam limitações comunicacional deste sujeito surdo e seu contexto.

Durante a realização da investigação tem sido respeitada a Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2013). Parecer do Comitê de Ética 11581.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante muitos séculos as pessoas ouvintes tem visto a pessoa surda como um problema e é uma percepção que está presente entre os profissionais

da saúde por partir do pressuposto que aquele que não ouve é acometido por uma deficiência auditiva, seguindo uma linha de pensamento de uma visão patológica dos surdos.

A família possui uma história de vida natural própria e é atravessada por valores constituídos socialmente, onde a cultura que os rodeia foi construída a partir de um discurso da normalidade e isso influencia em seu posicionamento sobre a cultura surda, onde o poder está nas mãos daqueles que ouvem e falam e as diferenças são vistas como algo falho que precisa ser compensado ou “consertado”, partindo de uma visão de uma sociedade composta por uma grande maioria de ouvintes e que tem como modelo o discurso médico como guia. (SKLIAR, 2009).

Em detrimento das influências adquiridas ao longo de sua constituição, a família cria fortes expectativas com a chegada de um novo membro (ACKERMAN, 1986) e quando há o diagnóstico de que o filho tem uma deficiência, os pais têm que se confrontar não só com o sentimento de perda e de luto pela ausência de bebê “perfeito”, mas também com o bebê “deficiente”. A chegada de um filho é algo que pode ser acompanhado de situações de estresse e quando se trata de uma criança com deficiência, as reações dos pais podem ser imprevisíveis. Em meio a esse percurso de aceitação da surdez dos filhos e da fragilização dos pais, eles se deixam controlar e direcionar pelos profissionais médicos e audiológicos que são inicialmente quem diagnostica, identifica, aconselha e que pode de algum modo iniciar tratamentos que auxiliem a devolver aquilo que eles perderam, uma criança que atenda aos padrões daquilo que é tido por “normal”.

Nessa busca de alcançar o que pensam ser “normal”, os pais da criança surda buscam vários subsídios para fazê-la falar, pois segundo o discurso ouvintista, o sujeito surdo só se adaptará bem a sociedade se ele se adequar ao discurso dos sujeitos ouvintes, para assim poder se integrar à normalidade e se afastar do rótulo de desviante por não querer aceitar que a sociedade que ouve e fala dite quais termos descrevem e diferenciam os sujeitos surdos. (STROBEL, 2008).

A abordagem educacional oralismo se tornou hegemônica após o Congresso de Milão em 1880, em que,

Nessa ocasião ficou demonstrado que os surdos não tinham problemas fisiológicos em relação ao aparelho fonador e emissão de voz, fato esse do qual derivou a premissa básica: os surdos não têm problemas para falar. Baseando-se nessa premissa, a comunidade científica da época impôs que as línguas de sinais, ou *linguagem gestual*, conforme eram conhecidas, fossem definitivamente banidas das práticas educacionais e sociais dos surdos. Adotou-se o método de oralização (BAALBAKI; CALDAS, 2011, p.1885).

A área da saúde adotou a mesma abordagem. Em uma tentativa de estimular a oralização, os profissionais da saúde orientam os pais a não utilizar a língua de sinais com os filhos, buscando o estímulo da fala e da audição. O que faz retardar o encontro do surdo com os seus iguais e com a sua língua natural, que deve ser a sua primeira. Em relação ao que vem sendo dito, na pesquisa tomada como base, todos os participantes do grupo focal trouxeram à tona a questão da oralização obrigatória, entretanto referiram-se a essa temática com perspectivas diversas. Como Laborit, artista francesa, surda, os participantes do estudo focal asseguram que o seu natural seria falar com as mãos, mas eram impedidos. “Mamãe queria que me esforçasse para falar, e eu tentava também, para ajudá-la, mas tinha sobretudo vontade de mostrar, de indicar” (LABORIT, 1994, p. 22).

Essas percepções sobre a comunicação do surdo como também valores que perpassam essas famílias, em sua grande maioria ouvintes, esse sujeito surdo que existe em minoria é tomado como estrangeiro, partindo de relatos de pessoas surdas e a percepção que tem de si mesmas, em sua família e em sociedade. Valores esses pautados no discurso médico com a visão do sujeito surdo como deficiente e não em uma perspectiva da diferença, na qual o sujeito surdo pode ser definido pela seguinte afirmação:

O ser surdo é aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social (CAMPOS, 2013, p. 8).

A partir dessa perspectiva, o surdo tem como a primeira forma de comunicar-se com o mundo a língua de sinais, que é a sua língua materna, e é algo que surge de forma natural como uma possibilidade de se expressar e

conhecer o universo que o envolve. Munguba (2016) enfatiza que a construção da identidade surda envolve artefatos culturais como língua, formas de relacionamento e de percepção de mundo baseadas em fatores visuais, espaciais e gestuais de sua comunidade, determinantes para que se sinta parte dos contextos de sua vida.

Mas em contrapartida vem as dificuldades de comunicação entre ouvintes e surdos, começando pela relação entre pais e filhos onde facilmente a comunicação é interrompida pela dificuldade que tem em se fazer compreender ou mesmo conseguir comunicar o que querem.

Deste modo o filho surdo entra em um processo de alienação por não entender o que se passa ao seu redor, pois a comunicação não o alcança. Sendo excluído de conversas rotineiras e momentos em família, quando as crianças ouvintes participam de forma natural. A marginalização do sujeito surdo em seu âmbito social, ou mesmo a exclusão, muitas vezes, ocorre inicialmente dentro de sua própria casa. E vale salientar que à medida que o sujeito cresce, esse distanciamento aumenta entre o surdo e seus familiares ouvintes por não haver a possibilidade de comunicação direta e compreensível entre ambos.

Munguba (2016) afirma que identificar as diferenças como algo positivo é tarefa difícil, em especial, reconhecer que o outro é apenas diferente, não inferior.

Diante disso, evidencia-se a representação social que se remete ao surdo como aquele que não fala, portanto não sabe se comunicar. Como aquele que foge a uma normalidade construída pela cultura de ouvintes, a qual acredita “ser normal” apenas aquele que fala e que ouve o seu entorno. Por não conseguir se comunicar tendo por base a representação social que se construiu da pessoa surda, ele terá dificuldades na escola e no trabalho por conta da deficiência imposta como sua característica. Algo que é introjetado pelo surdo, que pode levá-lo a uma descrença em suas potencialidades e, conseqüentemente, o surdo passar a se perceber a partir de uma condição de menos valia em relação aos sujeitos ouvintes. E a partir disso, pode-se afirmar que,

Ser surdo representa, assim, para muitos sujeitos, um segredo a ser ocultado, uma marca profundamente depreciativa. A diferença é vivenciada como desigualdade. Sendo socializada com essa crença, a pessoa surda aprende a se enxergar como não humana, incompleta, e

vive a surdez como um segredo a ser ocultado, uma chaga encoberta. (BOTELHO, 2009, p. 152).

Neste estudo foi constatado que na perspectiva da deficiência, por uma cultura regida pelo saber médico e das patologias, os pais da criança surda não sabem como educá-lo e entram em um estado de desespero tentando repor aquilo que lhes falta, que é a fala e a audição, buscando assim tratamentos e tecnologias que auxiliem seus filhos a diminuir o grau de surdez e em contrapartida ao que é pautado no discurso da normalidade, recorrem a profissionais que incentivem o surdo a desenvolver a fala, fazendo o uso de tecnologias, aparelhos e implantes além de sugerir exercícios exaustivos para conseguir a emissão de voz e do som compreensível, tendo um embaraço do uso da comunicação visual para desenvolver a obrigatoriedade da oralização.

Face a essa preocupação, os pais agem no sentido de minimizarem a surdez e as dificuldades comunicativas da sua criança, recorrem a busca de uma comunicação total. Em outras palavras, utilizam todos os meios possíveis para se comunicarem com a criança e diminuir a sua surdez. Assim, colocam próteses auditivas na criança ou implante coclear com o objetivo de aumentar a audição da criança, aprendem uma língua alternativa para falar com a criança, a língua gestual, e as crianças vão aprender a falar com os terapeutas da fala. Rodrigues e Pires (2002) ressaltam que estes falham quando negam a possibilidade de o surdo aprender a sua língua natural, língua de sinais, e de conviver com seus iguais.

Dessa forma, o surdo enfrenta dificuldades em se comunicar pela língua de sinais, tanto em casa como na escola, por se encontrar em um mundo de ouvintes, no qual ser surdo faz parte de uma minoria. Mesmo quando o censo populacional realizado no Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que a quantidade de surdos no Brasil teve o crescimento correspondente a 100%, entre o ano de 2000 a 2010. Desse cálculo, foi indicado que da quantidade de pessoas surdas existentes no país, 35 mil pessoas encontravam-se em idade escolar.

Em consonância às constatações indicadas pelo IBGE, sobre a quantidade de surdos existentes no país e das lutas da comunidade surda, o Ministério da Educação e os governantes brasileiros com a proposta de

Educação para Todos e respeito aos direitos humanos, baixaram o decreto nº 5.626, que institui a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como uma segunda língua brasileira, a qual seria a primeira língua dos surdos. E, em virtude dessas ações foi criada a obrigatoriedade do uso da LIBRAS nas escolas e de ensinar as crianças surdas a língua portuguesa escrita.

Contudo, foi constatado que não há um preparo dos educadores e equipe técnica para atender de forma assertiva a comunicação com sujeito surdo. Como também, podemos perceber que na família poucos desenvolvem o uso da língua de sinais. Revelando, desse modo uma significativa inadequação da família e da escola para atender à necessidade e os desejos das pessoas surdas, não oferecendo condições adequadas à comunicação entre ouvintes e surdos.

Os resultados indicaram que são muitas as fragilidades que envolvem as relações da família e da escola com o surdo. Apesar da família ser o primeiro contato do sujeito com o social e ter função essencial no desenvolvimento e na identidade do sujeito surdo, percebemos que existem muitas resistências, partindo de um discurso de normalidade e saber médico, a aceitar o surdo como diferente e não como um ser falho, deficiente e que foge a essa normalidade que perpassa a cultura do universo ouvinte.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Partindo das discussões e perspectivas diversas de autores e colaboradores do grupo focal, percebemos que por longos anos a sociedade composta em sua grande maioria por pessoas ouvintes, defendeu a possibilidade do surdo falar e assim a criança atendendo a sua necessidade de ser aceita, ela aprende que deve acatar a oralização ainda que seja muito árduo para ela ou que não possa obter êxito nesta empreitada.

Tendo por enalço essa visão da deficiência e não da diferença, o discurso médico ditou aos pais ouvintes as práticas e tratamentos a serem realizados pelo surdo de forma exaustiva a fim de repor sua audição e a fala. Essas condições de valia impostas pelo meio social podem causar sérios problemas no desenvolvimento e incongruências internas da pessoa surda com



base nas condições para ser aceita e amada. Desta forma, ele segue pelo caminho da oralização sem saber porque repete algo que lhe causa sofrimento, para atender exigências de sua família e da cultura que o envolve.

Com este estudo, percebeu-se que há uma grande oposição entre o mundo do surdo e do ouvinte e que se mostra através da barreira da comunicação que gera obstáculos nos vínculos e oportunidades de desenvolvimento para o sujeito surdo, que tem que contar muito com o seu potencial como pessoa para sair dessa posição de menos valia e incongruências em busca de alcançar seus ideais e seus próprios voos.

## REFERÊNCIAS

BAALBAKI, A.; CALDAS, B. Impacto do congresso de Milão sobre a língua dos sinais. Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, v. XV, n. 5, t.2. p.1885-1895, 2011.

CAMPOS, M. de L. I. L. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. (Coords.). **Tenho um aluno surdo e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EduFScar, 2013. p. 37-61.

DORZIAT, A. **O outro da educação:** pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DORZIAT, A. Estudos surdos: diferentes olhares. Porto Alegre, RS: Mediação, 2011.

GROCE, N. E. **Everyone here spoke sign language:** hereditary deafness on Martha's Vineyard. London, England: Havard University Press Cambridge, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico Brasileiro de 2010. Retrieved December, 17, 2011 e March, 02, 2014 from <http://www.ibge.gov.br>.

JOCA, Terezinha Teixeira. **Um estrangeiro em família:** ser surdo como uma diferença linguística. 2015. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Psicologia, Universidade Autônoma de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ual.pt/handle/11144/1179>>. Acesso em: 10. ago. 2016.

KITZINGER, J. Grupos focais. In: POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 33-43.

LABORIT, E. **O voo da gaivota.** São Paulo, SP: Best Seller. Círculo do Livro, 1994.

LANE, H. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LANE, H. **As pessoas surdas tem uma deficiência?** In: BAUMAN, L. (Org). Abra os olhos: estudos surdos falando. Minneapolis: University of Minnesota, 2008. p. 277-292.

LEITÃO, V. M. **Instituições, campanhas e lutas**: história da educação especial no Ceará. Fortaleza, CE: Edições UFC. 2008.

LODI, A. C. B. Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na educação básica. In: LACERDA C. B. F. de & L. F. dos Santos (Coords). **Tenho um aluno surdo e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos, SP: EduFScar, 2013. (p. 165-183).

MACHADO, P. C. Integração/inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo. In: QUADROS, R. M. de. (Coord.). **Estudos Surdos I**. Série pesquisas. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. p. 37-75.

MACHADO, P. C. **A política educacional de integração/inclusão**: um olhar do egresso surdo. Florianópolis, SC: Editora da UFSC. 2008.

MASUTTI, M. L. **Tradução cultural**: desconstruções logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes. (Tese de doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, SC. 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MUNGUBA, M. C. Universo surdo. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional**: fundamentação e prática, 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Capítulo 43. (No Prelo).

PEREIRA, J. M. Cultura Surda: a bandeira de um povo dentro de outro. **Cadernos de Saúde**, Lisboa, v. 2, n. 4, p.65-70, 2011.

PERLIN, G. T. T. **Histórias de vida dos surdos**: identidades em questão (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 1998.

PERLIN, G. T. T. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A.; LOPES, M. C. (Coord.). **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2004. p. 77-90.

PERLIN, G. T. T.; QUADROS, R. de. Ouvinte: o outro do ser surdo. In: QUADROS, R. M. de (Coord.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. p. 166-185.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. B. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 4. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010. p. 51-73.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RODRIGUES, C. H.; QUADROS, R. M. de. Diferenças e linguagens: a visibilidade dos ganhos surdos na atualidade. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 40, p.72-88, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24551/17531>>. Acesso em: 10. ago. 2016.

SACKS, O. W. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. 6. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

SILVA, A. B. de P.; PEREIRA, M. C. da C.; ZANOLLI, M. de L. Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 3, p.279-286, set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a06v23n3.pdf>>. Acesso em: 10. ago. 2016.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org.), **Educação e exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.), **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, C. B. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

STUMPF, M. R. Mudanças estruturais para uma inclusão ética. In: QUADROS, R. M. (Coord.), **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008. p.16-31.

THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

WOLCOTT, H. **Ethnography**: a way of seeing. Walnut Creek: AltaMira press, 1999.